

**A ECOLOGIA DESUMANA DOS CASTANHAIS: A EXPERIÊNCIA DO
EXTRATIVISMO NA CIDADE DE MARABÁ (ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA,
BRASIL) ENTRE 1900-1950**

Ramon **CABRAL**¹; Heraldo Elias **MONTARROYOS**²

¹ Cientista Social e Técnico em educação patrimonial da Fundação Casa da Cultura de Marabá. Contato:
ramonkabral@gmail.com

² Cientista Social e Historiador; Professor- doutor, Associado 1, da Faculdade de Direito da UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará). Contato: elias@ufpa.br

Resumo: Esse estudo investigou o cotidiano dos castanhais do município de Marabá (estado do Pará, Brasil) entre 1900-1950, utilizando um programa de pesquisa mínimo em Ecologia humana que descreve o processo adaptativo e os efeitos da interação do Homem com a Natureza. Com esse programa de pesquisa, foram reconstruídas algumas fontes historiográficas de época, projetando-se as relações sociais entre castanheiros, patrões e prostitutas no sistema que denominamos de "capitalismo selvagem". Analisando os dados históricos, foi argumentado na discussão desse estudo que a ecologia social dos castanhais violava direitos fundamentais causando uma série de danos ao trabalhador por força da mais-valia absoluta do sistema produtivo. Como conclusão, ficamos sabendo concretamente como se deu a relação entre Homem e Natureza dos castanhais mediada pela categoria "tempo" que nesse estudo de caso é uma construção biossocial.

Palavras-chave: Ecologia desumana; castanhais; sociedade nômade.

**THE ECOLOGY INHUMANE OF CHESTNUT: THE EXPERIENCE OF
EXTRACTION IN THE CITY OF MARABÁ (PARÁ STATE, AMAZON, BRAZIL)
BETWEEN 1900-1950**

Abstract: This study investigated the daily life of the city of Marabá nut (state of Pará, Brazil) between 1900 to 1950, using a minimum research program in human ecology that describes the adaptive process and the effects of the interaction of Man with Nature. With this research program, were rebuilt some historiographical sources of the time, projecting social relations between chestnut, employers and prostitutes in the system that we call "wild capitalism". Analyzing historical data, was arguing in the discussion of this study that the social ecology of chestnut violated fundamental rights causing a lot of damage to the worker under the absolute surplus value of the production system. In conclusion, we learn specifically how was the relationship between Man and Nature of chestnut mediated by the category "time" that in this case study is a bio-social construction.

Keywords: Inhumane ecology; nut; nomadic society.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse estudo é descrever a ecologia desumana dos castanhais no município de Marabá, estado do Pará, Amazônia brasileira, entre 1900-1950, focalizando especificamente o cotidiano socioeconômico de trabalhadores, patrões e prostitutas dentro e fora da floresta, quando Marabá ainda não tinha sofrido um processo intenso e drástico de privatização de suas terras para a pecuária e agricultura, e até mesmo os seus castanhais nativos encontravam-se abertos à livre iniciativa de aventureiros, fazendeiros e comerciantes locais.

Metodologicamente, para realizar os seus objetivos, esse estudo desenvolve uma abordagem interdisciplinar na forma de um programa de pesquisa mínimo, sintetizando a Ecologia, História, Sociologia, Direito, Ética e Economia, visando reconstruir a ecologia capitalista e desumana dos castanhais entre 1900-1950, com seus processos adaptativos bem e mal sucedidos, incluindo doenças, deformações físicas, carências psicológicas e sociais, riscos de morte e acidentes de trabalho; ao mesmo tempo em que se destacam as estratégias racionais do patrão, visando aumentar a produção extrativista e também diminuir riscos e incertezas no interior dos castanhais.

O programa de pesquisa desse estudo pretende descrever e avaliar a qualidade das relações sociais dentro e fora dos castanhais, fazendo primeiramente uma releitura programática sobre os relatos históricos de época que são associados com a memória dos moradores mais antigos da cidade, possibilitando mais tarde discutir-se a violação do ideal da dignidade da pessoa e da sociedade humanas que aconteceu por força da mais-valia absoluta, dominante na cultura produtiva da época.

2 DELIMITAÇÃO HISTÓRICA

Entre 1900-1950, o caucho, a castanha, o diamante e o cristal de rocha obrigaram a constante locomoção da população trabalhadora, devido à dispersão natural desses produtos naturais no sul e sudeste do estado do Pará, caracterizando Marabá como uma cidade fantasma durante décadas.

O caucho era extraído na época do verão, quando se podia adentrar a mata e deixar escorrer o leite vegetal da árvore *castilloa elastica* que era derrubada por inteiro, ficando abatida no chão livre dos estragos das chuvas copiosas de inverno, sendo rentável e ao mesmo tempo depredatória até 1920. O diamante também era encontrado na época do verão.

A castanheira, por sua vez, era procurada na época do inverno, entre dezembro e abril, sendo preservada racionalmente devido à lucratividade obtida com o comércio nacional e estrangeiro de suas amêndoas (MONTARROYOS, 2014).

Na origem do município de Marabá (oficializado em 1913), a população trabalhadora ficava em constante movimento corporal, tanto no verão como inverno. Da mesma forma, entre o tempo dos castanhais (inverno) e o tempo da garimpagem de diamantes e dos cristais de rocha (verão, nas décadas de 1940 e 50) havia também o tempo dos caçadores e dos pescadores que exigia igualmente longas caminhadas e fazia parte das duas estações.

No período 1900-1950 o nomadismo foi essencial na formação da identidade do povo marabaense e no seu imaginário cultural (MONTARROYOS, 2014). A constante locomoção física, a pé ou por meio dos barcos e canoas a remos, fez a população local naquele período ter contato com diversas pressões ambientais, representadas por endemias, por ataques de índios e por acidentes de trabalho, que reduziam frequentemente os caucheiros, castanheiros e garimpeiros, ainda jovens, a verdadeiros “trapos humanos”, segundo observou o médico e viajante Júlio Paternostro (1945).

3 DELIMITAÇÃO DEMOGRÁFICA

No recenseamento federal de 1920, segundo informou o professor municipal Leônidas Duarte na imprensa local, havia no município de Marabá 6.822 pessoas habitantes (MONTARROYOS, 2014, p. 91), mesmo existindo um grave fator limitante

representado pelas grandes enchentes do inverno que algumas vezes inundavam a cidade inteira.

No Censo de 1940 o município de Marabá, no sudeste do Pará, tinha uma extensão de 89.831 km² (cinco vezes maior que o tamanho atual) compreendendo os distritos de Marabá, Jacundá, Itupiranga, Santa Isabel do Araguaia e São João do Araguaia.

Esse município amazônico era oficialmente povoado por 11.097 pessoas, sendo 7.052 homens e 4.657 mulheres. Contava-se também com a presença dos estrangeiros que totalizavam 93 pessoas, sendo 68 homens e 25 mulheres. A população de fato ou seja, as pessoas que estavam simplesmente presentes no município) era formada por 12.553 pessoas, sendo 7.839 homens e 4.174 mulheres.

Ainda no ano de 1940, a população era predominantemente branca, totalizando 6.262 pessoas. Em 2º lugar, ficavam as pessoas de cor preta, sendo 3.955 pessoas; em 3º lugar, vinham os pardos, representados por 2.324 pessoas. Por último, os amarelos (asiáticos) eram representados por 4 pessoas (MONTARROYOS, 2014).

Já no Censo de 1950, 62% da população marabaense pertencia ao sexo masculino, representando quase o dobro da população feminina. Além disso, é curioso observar que 69% da população masculina era composta por homens solteiros, que por sua vez eram o dobro da população feminina solteira.

Portanto, na década de 1940, registrado pelo Censo de 1950, a maioria da população era masculina e solteira. Os homens solteiros eram 5.452 indivíduos, enquanto as mulheres solteiras, 2.808. Já os casados somavam 2.065 homens e as mulheres, 1.469 indivíduos (ibidem, p. 97). Diante desses números, a cidade de Marabá serviria como ponto de encontro para a grande população nômade, masculina e solteira de trabalhadores extrativistas da castanha, que em constante locomoção pelo sul e sudeste do Pará aproveitava o núcleo urbano como local de descanso e diversão, buscando mulheres solteiras e prostitutas entre os anos de 1900-1950.

4 METODOLOGIA

As fontes historiográficas disponíveis foram reconstruídas programaticamente nesse estudo destacando-se a interação do Homem com a Natureza mediada pela categoria tempo, que é uma construção biossocial definidora do ritmo de trabalho e da exploração capitalista dos castanhais.

As obras de época que descrevem a realidade dos castanhais de Marabá (PA) são representadas por alguns autores que estiveram na região entre 1897-1950 e das quais extraímos breves fragmentos para compor a paisagem social do município. Os autores de época utilizados são os seguintes: Paternostro; Lagenest; Ignácio Moura; Lysias Rodrigues e Frei Audrin.

A releitura programática desenvolve o seguinte roteiro de análise (de acordo com o modelo adaptado por Montarroyos, 2010). Primeiramente, do ponto de vista ontológico, são utilizadas as proposições fundamentais do ecologista Morán (1990) para descrever a relação do Indivíduo com a Natureza, levando-se em conta a mediação de alguma força social, podendo ser opcionalmente a Cultura nacional, o Capitalismo, ou a Modernidade, que funcionam como elementos dinamizadores da preservação, transformação e destruição dos ecossistemas locais.

Em segundo lugar, do ponto de vista metodológico, são incluídos os comentários procedimentais dos pesquisadores Pires e Craveiro (2011, p. 23-24), que consideraram a Ecologia humana como “o estudo das comunidades [...] numa perspectiva eminentemente pluridisciplinar, promovendo a compreensão dos laços culturais e instrumentais que vinculam a espécie humana na sua variabilidade civilizacional a condições ambientais específicas”.

Acompanhando a observação metodológica do ecologista Morán (1990), considerou-se nesse estudo que a Ecologia humana deve desenvolver necessariamente uma abordagem interdisciplinar no conhecimento das relações entre a população humana e o seu ambiente físico, político e socioeconômico. Desenvolvendo esse tipo de enfoque, Morán (op.cit., p.283) afirmou que:

[...] quando tratamos o homem e a sociedade como sistemas isolados do mundo físico, criamos uma realidade artificial. O homem e a sociedade existem num contexto físico e material que influi sobre o comportamento, a ideologia e a organização social. A Ecologia humana representa uma tentativa de reintegrar o homem num contexto mais totalizante.

Em terceiro lugar, do ponto de vista axiológico, é analisada a inter-relação do Homem com a Natureza mediada pelos valores culturais e pelas histórias de vida acumuladas pela população ao longo de gerações e submetidas igualmente aos valores sociais, éticos e políticos (ibidem, p. 30).

Nessa dimensão do programa de pesquisa, são abordados os valores que o Indivíduo adquire ao longo de sua vida e que de alguma forma determinam ou influenciam a forma como ele cuidará do seu ambiente. Por isso, o programa de pesquisa desse estudo acredita sistematicamente que a cultura é produtora e reflexo da relação valorativa do Homem com a Natureza, uma vez que o processo adaptativo e as pressões ambientais às quais o Homem é submetido (doenças, escassez de comida, frio, calor, etc.) também modificam hábitos e comportamentos, constituindo a cultura de sobrevivência e a existência plena do indivíduo, delimitando finalmente a sua qualidade de vida.

Do ponto de vista teórico, é incluída também a definição social e ecológica do pesquisador Amaro (1989, p. 114) utilizando, por sua vez, o conceito proposto por Hawley (1982), que afirmou nesse sentido que a Ecologia humana é a ecologia da atualidade e se apresenta como “o estudo das inter-relações específicas de populações diferentes entre si e o meio que ocupam”.

Em outras palavras, a Ecologia humana precisa de uma abordagem interdisciplinar e crítica da realidade, pois apenas analisar o Homem e a Sociedade a partir do meio físico, político ou econômico, isoladamente, compõe uma realidade artificial, o que não permite o conhecimento das causas e das consequências das práticas de um grupo social na realidade concreta. Amaro (op. cit., p. 113) afirmou, nesse sentido, que “o Homem pode modificar, profundamente, o seu ambiente, mercê da sua inteligência e das suas técnicas”, concordando também com o pesquisador Schutkowski (2006 apud

MOLINA *et al.*, 2007, p. 21) que disse, por sua vez, que “o uso de recursos não é somente determinado por características físicas e biológicas de um habitat específico, mas reflete também o conhecimento individual e coletivo, comandado por decisões familiares, sociais, econômicas e políticas”. Conseqüentemente, nesse contexto, Pires e Craveiro (op. cit., p. 3) ressaltaram que apenas uma ciência social pluridisciplinar teria condições de abordar “mútuas dependências entre os sistemas sociais e naturais, enfatizando-se os aspectos culturais e tecnológicos de uma gestão dos impactos ambientais suscitados pela civilização humana”.

Do ponto de vista prático, onde se observam os problemas e as estratégias de ação no cotidiano, considera-se nesse estudo que o processo de adaptação pode ocorrer no nível individual, no grupo doméstico, na sociedade ou na espécie em geral. Esse processo pode ser então bem ou mal sucedido, e em geral a adaptação pode significar também a má adaptação em algum aspecto da sociedade ou do indivíduo. Além disso, conforme ressaltou o ecologista Morán (op. cit., p. 28), nem sempre o bem-estar individual coincide com o bem-estar social, pois:

O interesse em maximizar a utilidade para o indivíduo, por exemplo, se generalizado como padrão comportamental de todos os indivíduos de uma sociedade, leva a falta de interesse no bem-estar da sociedade e a uma diferenciação tão exagerada que a fome, problemas de saúde e outros resultados negativos surgem como conseqüências inevitáveis.

Do ponto de vista contextual, por último, retoma-se a tese elementar do programa de pesquisa da Ecologia humana que se preocupa em estudar a relação do Homem com a Natureza. Ao retomar essa tese ontológica, descobriu-se que existiu no cotidiano dos castanhais além do tempo do trabalho e do ócio, um terceiro tempo biossocial inventado pela racionalidade do patrão e do arrendatário dos castanhais que agravou, ainda mais, a interação capitalista e desumana do Homem com a Natureza local de Marabá.

Segundo o que afirmou o ecologista Morán (ibidem), o ecossistema é o próprio contexto geral onde ocorre a adaptação humana. Entre as pressões impostas por esse espaço biossocial, completa o autor, algumas delas são recebidas de forma mais contundente que outras por determinada classe de indivíduos, que são instigados, por

sua vez, a dar respostas às diversas pressões naturais. Tais respostas são efetivamente as adaptações (Morán, 1990, p. 31).

5 RESULTADO: RELEITURA PROGRAMÁTICA

Em 1935, a serviço do Governo Federal no combate à Febre Amarela o médico Paternostro visitou diversas localidades do vale do Tocantins, e relatou em seu livro “Viagem ao Tocantins” (1945) como era o cotidiano marabaense. Em sua descrição, ele relatou como se desenvolvia a relação do povo de Marabá com o seu ambiente natural. Considerou a chuva, o sol, os rios, o caucho, a castanha, a malária, a sífilis, etc., que se destacaram como personagens importantes na história da mobilidade populacional, do povoamento, do trabalho e também da diversão marabaense. Além desses personagens, Paternostro (op. cit.) incluiu no cotidiano as prostitutas, as casas de aviamento e as festividades religiosas. De acordo com suas informações empíricas (Paternostro, 1945, p. 81; 107):

Durante a safra da castanha, os habitantes da mata não vão ao povoado para comerciar ou tomar parte em funções religiosas e festivas. [...] Marabá constitui um “acampamento” de arrendatários de castanhais, de comerciantes e de apanhadores de castanha. [...] que encontram em Marabá, aguardente, mulheres e jogo que não existem nas matas.

Esse aspecto do cotidiano marabaense também foi notado pelo memorialista Pedro Morais de Sousa (2005, p. 47-48), tomando como referência a sazonalidade dos castanhais com o seguinte relato:

[...] o curioso naquela pequena cidade cercada pelos rios Tocantins e Itacaiunas, era a maneira de viver de seus habitantes- pareciam dois mundos distintos. No inverno era aquele corre-corre do mundo da castanha-do-pará, muitos forasteiros e um comércio bem agitado. Nesse período todo mundo ganhava dinheiro na lida da castanha, até os meninos faturavam carregando os pentas que chegavam dos igarapés.

Já no verão a situação era bem diferente, na cidade só ficavam os moradores. Trabalho na área urbana, só mesmo no serviço público, na construção civil, nos estaleiros e no comércio local, sendo que a loja mais importante da época era uma filial das casas pernambucanas.

De acordo com o médico Paternostro (1945), o vale do Tocantins ainda era um vazio demográfico nos anos 40 em consequência dos inúmeros obstáculos naturais que

limitavam o acesso e a adaptação dos forasteiros à região que vinham da capital ou do norte de Goiás. O maior desses obstáculos eram os extensos pedrais que ameaçavam a navegabilidade tanto no verão como no inverno; além das frequentes epidemias; e as enchentes dos rios na época do inverno que desmotivavam a chegada de novos moradores na faixa ribeirinha da Cidade Pioneira, única área urbana habitada no município de Marabá até 1970, quando então surgiram os Núcleos Nova Marabá e Cidade Nova.

Fisicamente, na jornada de trabalho dos castanhais a postura corporal do trabalhador, forçada pelas longas caminhadas em terrenos acidentados e carregando o paneiro cheio de ouriços nas costas (que chegava a pesar 60 quilos), arqueava os ombros e prejudicava a coluna vertebral dos castanheiros, conforme notou o médico Paternostro (1945). Além desse impacto físico provocado pelo peso da produção, os castanheiros estavam expostos a vários tipos de contágios, doenças e incapacitações físicas. Na década de 40, destacavam-se no vale do Tocantins anomalias como a malária, o *necator americanos*, as avitaminoses e a sífilis. Todas essas doenças reduziam a capacidade física dos trabalhadores e aumentavam a taxa de mortalidade entre eles no interior da floresta.

Alguns marabaenses que viveram esse período estressante lembram ainda hoje da gravidade das doenças tropicais que castigavam a população ribeirinha e interiorana, como por exemplo, os cidadãos Paulo Bosco Jadão; Edmundo Ortiz Vergolino; e Lúcio Virgínio Ribeiro (in: NASSAR, 2013, p. 83, 90, 125) que lembraram-se com emoção e riquezas de detalhes desse drama social em seus depoimentos históricos descrevendo o seguinte episódio:

[...] Seu José Rodrigues todo amarrado, ele seria levado pra Belém, porque supostamente estava louco, fora de si. O doutor Demóstenes [...] parou e pediu pra examiná-lo: [...] a loucura do José Rodrigues era uma malária violenta. O Demóstenes tratou do José e ele ficou bonzinho.

Aqui tinha um tipo de malária que chama de terçã maligna. Naquele tempo, [...] quem adoecia na mata quase nunca chegava a tempo, morria no caminho.

[...] Meu pai trabalhava carregando areia e pedra, vendendo e entregando pras pessoas. Ele vendia pra um padre do colégio Judith Gomes Leitão, que era um convento onde se abrigavam pessoas

vindas da mata, doentes – castanheiros com leishmaniose, com hanseníase.

A sífilis também afetou grande parcela da população local, sobretudo em decorrência dos relacionamentos extraconjugais que aconteciam nos prostíbulos marabaenses, onde não se tinha conhecimento da importância dos preservativos; não havia higiene; e eram raros os medicamentos disponíveis à classe trabalhadora acometida de doenças venéreas. Além da sífilis, os registros históricos da época mostram que frequentemente os castanheiros eram retirados das matas em suas redes, por não terem condições sequer de andar. Por outro lado, quando podiam, os castanheiros regressavam espontaneamente das matas e lotavam os postos de saúde apresentando os sintomas dessa e de outras graves doenças tropicais.

Na floresta, a ausência de postos de saúde fez com que muitos trabalhadores se contentassem com os serviços dos curandeiros que se tornaram populares nesse quadro de miséria e omissão do poder público. Na cidade, por outro lado, alguns farmacêuticos se especializaram vendendo remédios que ajudavam no tratamento da malária. Entretanto, ainda na década de 70, de acordo com o Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá (1970), realizado pelo Ministério do Interior (cf. ALMEIDA, 2008), os números relacionados com as doenças venéreas eram alarmantes na cidade, ao lado das doenças gastrointestinais causadas pela má alimentação e pelas condições sanitárias e higiênicas precárias. Juntamente com essas anomalias, também eram comuns os casos de lepra e de tuberculose, que despertavam pânico na população local, fazendo com que muitos doentes escondessem a moléstia que sofriam com medo de serem rejeitados pela sociedade. Como solução, alguns desses doentes preferiam, inclusive, isolar-se, precariamente, no interior da floresta levando junto a família para lhes assistência.

Uma vez que a safra da castanha acontecia entre dezembro e abril, ou janeiro e maio, nesse período os vilarejos tinham suas populações reduzidas de tal modo que ficavam desertos, paralisando as atividades comerciais e culturais rotineiras, que só eram retomadas com o fim da safra. O período de sociabilidade era sazonal, pois quando chegava o verão os trabalhadores se deslocavam para os garimpos, tornando-se

garimpeiros, esvaziando novamente as vilas e a cidade de Marabá. De acordo com o que registrou o viajante Paternostro (1945, p. 81, 107, 108):

Durante a safra da castanha, os habitantes da mata não vão ao povoado para comerciar ou tomar parte em funções religiosas e festivas. [...] Marabá constitui um “acampamento” de arrendatários de castanhais, de comerciantes e de apanhadores de castanha. [...] que encontram em Marabá, aguardente, mulheres e jogo que não existem nas matas.

Sua população varia com a época da extração de castanha, que é abundante no município principalmente no Tauzirinho, área onde colhem anualmente uma média de 70 mil litros. No “verde” a cidade se povoa com três mil habitantes (na parte do período chuvoso em que não estão na mata) e perde a metade na seca.

Geralmente, os migrantes perambulavam de um lado para outro na busca das riquezas naturais. Esse biorritmo de trabalho foi lembrado, por exemplo, pelo senhor Hiran Bichara Gantus, recentemente, com o seguinte depoimento (in: Nassar, 2013, p. 204):

Em Marabá diminuía o movimento porque o pessoal ia todo pro garimpo e a cidade ficava amolecida com isso. Então se esperava que quando chegasse o verão o pessoal saísse pra pesquisar o rio, caçar o diamante pra sobreviver, porque no inverno era a extração da castanha, só se fazia isso. Quando terminava o ciclo da castanha, de janeiro a abril, o pessoal começava a sair pros garimpos.

Paternostro e outros viajantes descreveram Marabá como uma “cidade fantasma”. Essa paisagem surgia devido ao fato de que a maior parte da população se dedicava à safra da castanha. Entretanto, é importante ressaltar que a parte minoritária da população permanecia na localidade, constituindo a população “sedentária” e tradicional do município.

Ao descrever o cotidiano marabaense, Paternostro (1945, p. 109) percebeu que “com o sol de meio dia quase ninguém sai; os habitantes recolhem-se ao interior das palhoças e balançam-se nas redes até duas, três horas da tarde, quando a soalheira diminui. Nessa hora as ruas começam a movimentar-se e veem-se então os artífices reparando os motores” no porto”.

Até a chegada das estradas federais e estaduais a partir de 1969 com a PA-70 e a Transamazônica em 1971, todas as atividades em Marabá eram direcionadas aos rios

que margeiam a cidade. O comércio até então concentrava-se principalmente na Avenida Marechal Deodoro, na época chamada Marabázinho, paralela à orla do Tocantins.

Misturadas com as casas comerciais encontravam-se as casas de prostituição e os bares vendendo bebidas e alugando mesas de bilhar. Essa paisagem impressionou o médico Paternostro no final dos anos 30, que descreveu a paisagem social de Marabá impressionado com a insalubridade das moradias (ibidem, p. 110), conseqüentemente, da seguinte forma:

A ala de habitações do largo que margeava o rio era habitada por prostitutas em desoladora penúria física e econômica. [...] Um cem palhoças as abrigavam e eram, na maioria, filhas menores dos apanhadores de castanha, os párias daquela região. Viviam em promiscuidade com os outros habitantes.

Ao descrever as condições habitacionais da cidade, Paternostro (op. cit.) observou que as “casas de prostituição” eram residências feitas com madeira e palha de babaçu, e no seu interior as pessoas davam pouca importância às regras higiênicas.

Sobre essa mesma realidade, é oportuno acrescentar o que relatou o cidadão Donato Valente (loc. cit.), ao descrever a sua residência na Rua Benjamin Constant, na Marabá Pioneira, onde ele morou a partir de 1946: “a minha casa, quando eu era garoto, era precária, coberta de palha, as paredes de palha e a porta de esteira, pra se fechar era só passar um cordão. A felicidade era que não existia ladrão, nem malfeitor, todo mundo era gente boa”.

A predominância desse formato de casa também pode ser evidenciada através da fala de outros depoentes, que se lembram dos frequentes incêndios destruindo quarteirões inteiros de casas populares cobertas com a palha do babaçu.

De fato, as palhas castigadas pelo sol do verão ano após ano ficavam ressecadas e vulneráveis ao fogo. Sobre a vulnerabilidade dessa paisagem, o cidadão Aurecílio Santos (in: arquivo de áudio do Projeto Memória/Fundação Casa da Cultura de Marabá) lembrou-se de que quando era criança, em um episódio acidental, ateou fogo em quase toda a vizinhança. Foi um tumulto coletivo, com gente carregando

desesperadamente água com a intenção de apagar o fogo, enquanto sua mãe não imaginava na época que o acidente tinha sido causado pelo próprio filho.

Outros moradores antigos, que nasceram ou chegaram à cidade de Marabá na primeira metade do século XX reforçaram a predominância das casas de palha na paisagem local. Os moradores Hiran Bichara, José Gaby e Antônio Milhomem (in: Nassar, 2013, p. 49, 103, 139), lembraram, por exemplo, que:

A minha primeira casa era um barracão com parede de sapê feita da palha de coco. O quarto também era cercado com talo da palha. Era um barracão comum, como o que se faz dentro de um sítio grande. Aqui em Marabá, as casas quase todas eram de palha e, às vezes, durante a noite, as casas pegavam fogo, o quarteirão inteiro queimava (Hiran Bichara).

Moramos numa casinha na Antônio Maia feita de palha com taipa. Era ao lado do antigo cartório do 1º Ofício. Tinha três, quatro quartos e na frente meu pai fez uma sala e colocou uma casa de vender bebidas, arroz, feijão. Chegou com essa intuição de galego, que galego é danado pra andar vendendo as coisas. Dali saímos pro Marabázinho (José Gaby).

No meu tempo de criança, de moleque, [...] as casas em ruas como a Alquindar Contente, a Magalhães Barata e a 7 de Junho, eram de palha. A partir de 1960, as palhoças foram se acabando por causa dos incêndios. No mês de maio, os moleques brincavam com fogo, que muitas vezes se espalhava pela cidade e incendiava as casas (Antônio Milhomem).

O risco dos grandes incêndios se tornava ainda maior por conta da proximidade mantida entre as residências, que eram em sua maioria coladas umas nas outras. Nos anos 70, por exemplo, a estudante de arquitetura da USP, Maria do Carmo Ciampone, notou que as casas do Bairro Francisco Coelho (ou Cabelo Seco) ainda permaneciam predominantemente cobertas com palha, talvez como estratégia adaptativa à temperatura de Marabá que sofre altas temperaturas na época do verão (entre 35 e 40 graus). De acordo com o relatório dessa estudante de arquitetura encarregada pelo Governo Federal a fazer um diagnóstico das habitações na Cidade Pioneira, a folha do babaçu “é a que melhor oferece condições de conforto por garantir ventilação permanente em seu interior” (CIAMPONE, 1975 apud ALMEIDA, 2008, p. 65).

A funcionária do Governo registrou também que as portas e janelas ficavam abertas o dia inteiro, entrando porcos, galinhas e ratos no interior das residências. As mulheres

dessas casas populares ficavam sentadas nas calçadas a maior parte do dia, principalmente após o almoço, aproveitando a sombra das árvores e a ventilação vinda das margens dos Rios Tocantins e Itacaiunas.

Conclusivamente, pelo que sugerem os viajantes e técnicos que visitaram Marabá em décadas sucessivas, até 1970, a imagem produzida foi a de uma cidade anti-higiênica, suja e desordenada, onde se misturava o lixo com a água dos rios que serviam por sua vez, ao uso doméstico e ao banho diário.

Também foi observado pela arquiteta Ciampone nos anos 70 que a mulher marabaense embora tivesse bastante tempo para dedicar-se às atividades domésticas habitava “casas desleixadas e sujas, permanecendo grande parte do tempo sentada em bancos na frente da casa” (CIAMPONE, 1975 apud ALMEIDA, 2008, p. 68). Esse costume de conversar com os vizinhos na frente das residências também foi observado pelo memorialista Noé von Atzingen, em depoimento para o livro “Marabá, ontem e hoje” (2013, p. 173) que relembrou alguns aspectos daquele tempo declarando o seguinte: “Era curioso, porque as pessoas tinham o costume de conversar nas calçadas, em frente às casas; ficava aquele monte de cadeiras de macarrão, todo mundo sentado, conversando. Quando a energia era desligada, as pessoas se recolhiam, e deixavam as cadeiras na rua”.

A presença das casas de prostituição foi tão importante para a economia local até 1950, que atraiu atividades paralelas, como clubes de dança, botequins, mercearias, casas de jogos e barracas ambulantes que funcionavam até o dia seguinte, servindo caldos, buchadas, paneladas, quitutes, tapiocas e café da manhã aos festeiros ainda bêbados ou com ressaca das bebidas.

Sobre esse costume, assim considerou o depoimento do cidadão José Edmundo Ortiz Vergolino (in: NASSAR, 2013, p. 90):

[...] Juntava aquele mundo de casas com mulheres que ficavam fazendo programa. E na frente da casa, [...] botavam aquelas bancas de café. Na rua mesmo. E ficavam a noite inteira vendendo café pro pessoal. Aquele povo dos motores que chegava na beira do rio ia todo pra lá, se divertir.

A casa de prostituição também era um importante ambiente de sociabilidade, pois além de ser um local de satisfação sexual, era um ponto de encontro de amigos para beber e conversar; e até de parceiros comerciais que fechavam negócios e alugavam trabalhadores. Segundo o historiador Almeida (2008), existiam, inclusive, associações que realizavam bailes frequentados por jovens de todas as classes sociais; clubes esportivos; e um cinema. Porém, o lazer mais comum ocorria nas ruas, nas margens dos rios e nos bares, ou seja, nas entranhas da cidade onde havia o trabalho sexual e a prostituição em potencial.

Quando estive em Marabá, em 1955, o viajante Lagenest (1958 apud ALMEIDA, 2008) contabilizou a presença de 200 botequins na cidade. Notou naquela época que até nos estabelecimentos que vendiam comida havia geralmente um pequeno espaço reservado para se beber cachaça. Segundo esse mesmo viajante (ibidem, p. 67), o bar realmente era uma “instituição local obrigatória”. Era nesse local, inclusive, que se obtinham as melhores notícias sobre quem morava ou passava pela cidade.

A bebida alcoólica era tão popular naquele momento que havia fábricas de cachaça em Marabá, segundo descreveu o historiador Montarroyos (2014) e relatou semelhantemente o cidadão Lúcio Virgínio Ribeiro (in: NASSAR, 2013, p. 126) da seguinte forma: “Meu pai [...] tinha 54 linhas de mandioca [...] [e] montou uma fábrica de tiquira – uma cachaça feita com a mandioca. Quando eu era pequeno, ouvia a história de que quem tomasse tiquira e pisasse na água caía porre na mesma hora”.

De acordo com o viajante e cronista Lagenest (1958 apud ALMEIDA, 2008) os castanheiros começavam a chegar em Marabá no início de dezembro e procuravam as pensões populares, as barracas de comida e os cabarés, onde eram oportunamente contatados pelos “gatos” que faziam o papel de intermediários junto aos arrendatários e proprietários de castanhais. Após serem alugados (de acordo com a expressão da época), o nome dos castanheiros era registrado no livro do patrão, garantindo esse procedimento habitual que eles recebessem os equipamentos necessários para o trabalho na floresta. Entretanto, antes de ingressarem na mata, muitos castanheiros ainda permaneciam nas pensões e frequentavam as casas de

lazer, contraindo despesas que eram descontadas fatalmente na hora da entrega da safra da castanha.

De acordo com a memória recente do cidadão Ademir Braz (in: NASSAR, 2013, p. 158), frequentemente passavam pela frente da sua casa as profissionais do sexo (as prostitutas) na direção da cadeia para visitar clientes mais chegados que se encontravam detidos. Apesar da solidariedade das prostitutas, os castanheiros permaneciam presos até a chegada do patrão, que eventualmente pagava propina ao delegado, ou mantendo relações de amizade com o mesmo encerravam o assunto do xadrez festivamente na mesa do bar. Conforme declarou o cidadão Ademir Braz (op. cit.):

Nasci [em 1947] na fantástica Rua Itacaiunas – que depois [...] mudaram o nome pra Benjamim Constant. [...] À direita do quarteirão em que eu morava, tinha o cemitério São Miguel, a cadeia de São Luís, que até hoje está lá. [...] Policiais e presos passavam na porta de casa, e também as prostitutas que, durante o dia, iam visitar seus homens detidos. Minha mãe dizia que eu, quando criança, ficava na porta de casa vendo-as passar. Algumas daquelas cabrochas bonitas até me levavam latas de leite Ninho.

Complementando o quadro social da época, o cidadão Miguel Gomes Filho (in: NASSAR, 2013, p. 188) lembrou que: “[o] castanheiro [...] passava seis meses na mata, quando pegava o salário, torrava tudinho no Canela Fina. [...] Eles botavam o dinheiro no bolso e batiam: ‘hoje não tem puta pobre!’ Passavam três, quatro dias naquele Canela Fina bebendo. Só saía quando acabava o dinheiro”.

Também foi observada pelo viajante Lagenest (1958 apud ALMEIDA, 2008) a fraca presença da Igreja que era impotente naquele tempo para controlar as regras morais no cotidiano da cidade. A quase ausência de religiosos (padres, freiras, etc.) era tão marcante que a Igreja mais antiga de Marabá, dedicada a São Félix de Valois, só foi criada em 1924, erguida por iniciativa de um devoto e não pelos missionários responsáveis por essa região, os dominicanos, que moravam na cidade de Conceição do Araguaia. Apenas em 1937 é que foi criada a Diocese de Marabá, garantindo-se desde então a regularidade dos sacramentos (MONTARROYOS, 2014).

De acordo com outro viajante, Frei Audrin, missionário dominicano que trabalhou várias décadas na Diocese de Conceição do Araguaia, no extremo sul do Pará, a cidade de Marabá configurava-se como centro da imoralidade e da ambição em toda essa grande área geográfica onde a única coisa que importava era o dinheiro,

diferentemente do que acontecia em Conceição do Araguaia. No juízo de valor desse religioso: “[...] Marabá não era Conceição. Marabá brotava da ganância louca do dinheiro; [...] totalmente alheia a qualquer preocupação religiosa e moral” (AUDRIN, 1947 apud EMMI, 1999, p. 40).

Ao referir-se à Conceição do Araguaia, o ilustre sociólogo Ianni (1978 apud EMMI, 1999, p. 40) também reconheceu alguns problemas morais relacionados com a mercantilização do caucho, afirmando nesse sentido que:

Surgiram relações, interesses e problemas econômicos e políticos diversos e, muitas vezes antagônicos àqueles que estavam no espírito dominicanos [...] a mercantilização das relações econômicas, devida ao surto extrativista do caucho e da seringa gerou situações, interesses e relações novas e inesperadas para os dominicanos.

A concentração humana de garimpeiros, de “trabalhadoras sexuais” e de comerciantes fazia rapidamente surgir vilarejos nas proximidades dos garimpos mais ricos, nos quais ocorriam muitas festas. De acordo com o que lembrou recentemente o memorialista João Brasil Monteiro (in: NASSAR, 2013, p. 205): “Onde tem diamante, tem dinheiro. Onde tem dinheiro, tem mulher. Onde tem mulher, tem farra. Onde tem farra, tem animação [...]”. Complementando essa fala, o depoente João Pereira Bogéa (op. cit., p. 67) relatou que: “a gente saía de Marabá e ia pra Jacundá, Ipixuna, Bagagem, todas regiões de garimpo. [...] Se você chegasse num garimpo durante a semana, estavam todos mergulhando, mas quando dava sábado à tarde, os mergulhadores gastavam tudo com cachaça e mulher”.

A utilização da “prostituição” como instrumento de dominação do patrão é antiga em Marabá. Há relatos de que entre os anos 1900-1950 as “prostitutas” eram bastante requisitadas como elemento fixador do castanheiro na região. Um caso dessa natureza foi observado em 1897 pelo visitante Ignácio Moura (1910 apud CORMINEIRO & MEDEIROS, 2013). Segundo a descrição desse ilustre viajante (MOURA, 1920, p. 293), alguns arrendatários de castanhais mantinham mulheres à disposição dos barracões, no intuito de fixar permanentemente os trabalhadores da castanha, que se endividavam comprando secos e molhados ou aproveitavam as “carícias” das moças que trabalhavam especialmente nos barracões que comercializavam os produtos da floresta.

Além do aviamento que exercia um grande controle econômico sobre o castanheiro devido às dívidas acumuladas referentes à sua alimentação e compra de acessórios de trabalho, os jagunços e pistoleiros que protegiam os castanhais dos ataques indígenas passaram também a dominar a entrada e a saída da produção e dos próprios trabalhadores que dessa forma acabavam sendo monopolizados pelo patrão.

A participação da “prostituta” no domínio do castanhal também desempenhou mais outra forma de controle sobre os trabalhadores na medida em que lhes dava a falsa sensação de estar livre, ao mesmo tempo que aumenta a sua autoestima e valorizava coletivamente a sua virilidade entre os amigos de trabalho.

Foi justamente nessa época, especificamente na década de 30, que o piloto de avião Lysias Rodrigues (1935 apud CORMINEIRO & MEDEIROS, 2013) ganhou um casal de jacamins, ave comum na região, e utilizou o comportamento desses animais como inspiração para descrever e entender a forma como os patrões aprisionavam os trabalhadores usando as prostitutas. A ave jacamim chamou a atenção do piloto Rodrigues com a submissão do macho à fêmea, comportando-se passivamente no lugar que a fêmea determinava. Rodrigues ficou sabendo também que para domesticar o jacamim macho era necessário capturar-se primeiramente a fêmea, que logo se acostumava com a domesticação, e depois se capturava o macho, que se acostumava e permanecia no lugar definido pela fêmea.

Da mesma forma, o piloto aviador Rodrigues reconheceu por analogia que os patrões levavam as “mulheres da vida” para dentro dos castanhais (ou para os barracões) funcionando como uma estratégia de domesticação do trabalhador por meio da fêmea igualmente instrumentalizada, no sentido de otimizar o controle sobre o castanheiro e assim maximizar a produção econômica.

6 DISCUSSÃO

Nos castanhais de Marabá eram comuns os danos materiais, morais e existenciais afetando a qualidade de vida dos trabalhadores. Segundo Diniz (1987, p. 5), “o dano

material consiste na efetiva violação a um interesse jurídico tutelado, o qual pode ser patrimonial (material) ou extrapatrimonial (moral)". Nesse sentido, Diniz (op. cit.) afirmou que consiste o "dano material a lesão ao patrimônio de uma pessoa, [que se divide entre] danos emergentes-positivos, [caracterizados pela] diminuição do patrimônio da vítima (o que ela perdeu/gastou); [e pelos] lucros cessantes que a vítima razoavelmente deixou de auferir".

Concretamente, nos castanhais o dano material surgia no momento em que o patrão fornecia equipamentos, roupas, alimentos e utensílios necessários ao extrativismo, cobrando juros altos que arruinavam o trabalhador mais desavisado.

Juntamente com esse tipo de exploração, havia também o problema da "cabeça do hectolitro". De acordo com a socióloga Emmi (1999), a produção do trabalhador era calculada em hectolitros, mas tudo aquilo que ficava acima do limite do recipiente da pesagem e que não caísse no chão, era chamado de "cabeça do hectolitro", efetivamente um excesso que não era pago ao trabalhador pela tradição do negócio. Conseqüentemente, os carregamentos que eram comprados em Marabá em recipientes que identificavam 2 mil hectolitros, eram vendidos em Belém com quase de 2400 hectolitros. Essa diferença não beneficiava obviamente o trabalho do castanheiro.

Além do prejuízo material, havia também o dano moral, que segundo a jurista Diniz (1987, p. 9) "atinge a pessoa em seus direitos da personalidade (honra, dignidade, intimidade, imagem ou nome), [...] podendo acarretar à vítima dor, tristeza, angústia, sofrimento, vexame ou humilhação".

No caso dos castanhais constatamos através da historiografia pesquisada que os danos morais apareciam quando o patrão levava a prostituição para dentro do local de trabalho, fazendo com que todo e qualquer trabalhador de família ficasse exposto a farras e orgias, principalmente sendo obrigado a ficar na órbita do barracão e do castanhal.

Não podendo se retirar facilmente da floresta para a cidade, o castanheiro era constrangido a participar das festas e da prostituição, pois não participando desses eventos estaria rebaixando a sua reputação de “macho” entre os colegas de trabalho.

Outro dano contra o trabalhador, praticado frequentemente nos castanhais de Marabá, foi o dano existencial, que segundo Frota (2011, p. 1), constitui uma espécie de dano imaterial ou não material que acarreta à vítima, de modo parcial ou total, a impossibilidade de executar, dar prosseguimento ou reconstruir o seu projeto de vida (na dimensão familiar, afetivo-sexual, intelectual, artística, científica, desportiva, educacional ou profissional, dentre outras); experimentando-se ainda a dificuldade de retomar-se a normalidade da vida pessoal no âmbito público ou privado, sobretudo na seara da convivência familiar, profissional ou social.

Os danos existenciais prejudicam um princípio fundamental da dignidade da pessoa humana que é o direito de estar no mundo, devido à ditadura do patrão e do capital que impedem e alienam o trabalhador de gozar maior tempo livre para desenvolver a sua personalidade humana com outras habilidades e competências.

O dano existencial estava presente no modo de produção extrativista dos castanhais, pois quando o castanheiro era contratado pelos fazendeiros e arrendatários ficava quase cinco meses isolado da sociedade, distante da família e dos eventos culturais e religiosos. Juntamente com esse fato, muitos trabalhadores ficavam endividados com o auxílio do patrão que facilitava os itens do trabalho na floresta (visto que ele não era obrigado a fornecer esses meios), o que provocava uma grande dependência entre as partes.

Mas, afinal, o que teria realmente provocado tantos danos ao trabalhador?

A resposta apontada pelo cotidiano histórico dos castanhais foi o “capitalismo selvagem” desenvolvido na região fundamentalmente visando aumentar a mais-valia absoluta, diferentemente do capitalismo moderno dos Estados Unidos, Europa e Japão que desenvolveu a preocupação com a mais-valia relativa.

Segundo Marx (1996) a força de trabalho no capitalismo não se limita a abastecer as demandas sociais, baseadas no trabalho socialmente necessário, mas se destina fundamentalmente à produção da mais-valia, um sobre valor que surgirá em cima de uma produção de excedentes, e que vai além das necessidades locais de determinada comunidade produtiva, destinando-se especialmente à circulação e comercialização no mercado nacional e internacional atendendo à expectativa do lucro das mercadorias.

Neste sentido, Marx (op. cit.) afirmou que a mais-valia absoluta é a base geral da primeira manifestação histórica do sistema capitalista, constituindo-se no aumento da jornada de trabalho e na apropriação do sobre produto com baixos salários em um contexto de incerteza dominado pelo “exército de reserva de mão de obra”.

Na segunda fase do capitalismo, desenvolve-se então a mais-valia relativa com a redução do tempo de trabalho empregando-se novas tecnologias que agilizam a produção. Nas palavras do economista Marx (1996, p. 138):

O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital - isso é a produção da mais-valia absoluta. Ela constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa. Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

No capitalismo moderno, diferentemente do que ocorreu nos castanhais de Marabá, a indústria automobilística do americano Henry Ford sistematizou, por exemplo, o trabalho mecanizado usando a esteira de montagem, permitindo ditar objetivamente a velocidade da produção. Assim o empregado que participava em apenas uma parte do produto final ficava inevitavelmente alienado na divisão do trabalho, diferente dos castanheiros nesse aspecto, pois eles tinham completo domínio técnico sobre a extração da castanha e contato direto com a Natureza.

Para subordinar a força de trabalho ao ritmo extenuante da produção Ford organizou a produção a partir de uma nova lógica, com o pagamento de altos salários aos trabalhadores de destaque (BATISTA, 2008).

Para incentivar os empregados a praticarem novas atitudes e técnicas que agilizassem a produção, Ford fornecia prêmios aos operários inovadores. “Se um operário deseja progredir e conseguir alguma coisa, o apito será um sinal para que comece a repassar no espírito o trabalho feito a fim de descobrir meios de aperfeiçoá-lo” (FORD, 1967 apud BATISTA, 2008, p. 3).

Ampliando o desenvolvimento do capitalismo, em seguida, Taylor propôs a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho mecânico, tendo como critério a inferioridade e a superioridade intelectual. A parte intelectualmente inferior permaneceria “apertando parafusos”, enquanto a parte intelectual superior seria responsável pelo estudo, sistematização e elaboração de formas mais eficientes de produção. Passou-se então a padronizar as técnicas e a fiscalizar o operário no sentido de constatar se ele estava fazendo tudo de forma correta.

A introdução de máquinas mais sofisticadas que aumentariam a velocidade da produção e reduziriam os movimentos desnecessários foram características importantes desse sistema de exploração.

A inserção de máquinas mais potentes possibilitou o aumento na produção consumindo menos tempo de trabalho. Mas as jornadas exaustivas as quais eram submetidos os operários logo causaram fadiga e redução na produção, além de frequentes acidentes.

Na sequência histórica, o Capitalismo sentiu falta de uma nova racionalidade econômica, que veio através do Toyotismo nos anos de 1970, proporcionando maior grau de sofisticação às formas de administração inauguradas pelo Fordismo e Taylorismo, anteriormente.

A principal característica do Toyotismo foi a inserção da coletividade em oposição ao individualismo utilizado nos sistemas antecessores. Enquanto no Fordismo e no Taylorismo o operário devia se preocupar apenas com sua função, nos grupos de trabalho do Toyotismo cada funcionário se preocuparia com o grupo em que atuava, não havendo mais necessidade de fiscais estranhos ao trabalhador, pois cada um dos operários fiscalizaria seu colega para que o grupo como um todo não atrasasse ou produzisse um objeto de má qualidade. Portanto, a dominação não estava mais fora da classe trabalhadora, mas dentro dela. Esse formato conseguiu estimular as atividades desempenhadas por cada operário, exigindo maior atenção e conhecimento geral da produção, enquanto mantinha-se ou mesmo se elevava o grau de exploração do patrão, nesse caso instrumentalizando a seu favor a parceria dos colegas de trabalho.

7 CONCLUSÃO

A interação capitalista do Castanheiro com a Natureza entre 1900-1950 no município de Marabá, estado do Pará, Brasil, foi mediada por três tempos biossociais que dinamizaram o seu cotidiano ecológico: havia o tempo do trabalho, do ócio e do jacamim.

O tempo do trabalho ou da coleta era definido pelo período natural da safra da castanha no inverno, entre novembro e maio; porém, entre os meses de outubro e novembro já chegavam à região milhares de trabalhadores provenientes principalmente de Goiás e Maranhão, que ainda na fase do ócio aproveitavam as casas de prostituição e os botequins da cidade, onde eram entrevistados oportunamente pelos “gatos” que tinham a missão de pesquisar e de encontrar os melhores trabalhadores para serem alugados pelos donos dos castanhais.

O tempo do trabalho era o tempo do sacrifício, do desprazer e até da morte, quando o castanheiro não dispunha de nenhuma segurança e dignidade no trabalho e realizava longas caminhadas na solidão da floresta.

Anos dedicados a essa atividade econômica insalubre e corporalmente degradante, muitas vezes o pobre trabalhador ficava incapacitado com artrites e lesões vertebrais, devido ao estresse físico realizado para se manter de pé e andar durante meses na mata.

No tempo do ócio do castanheiro, por outro lado, não havia mais castanha, nem safra, nem inverno, nem patrão. O castanheiro gozava de plena liberdade, o que na prática significava beber, dançar, jogar bilhar, comer bastante e se divertir com as prostitutas nos cabarés.

O tempo do ócio era, portanto, o tempo das prostitutas, do prazer, da liberdade de escolha e da individualidade. As “casas de prostituição” eram o principal ambiente de diversão da cidade nessa época.

Contando com salão de danças, bar, quartos para encontros e mesas de bilhar, o “prostíbulo” era o ambiente popular perfeito para o trabalhador que queria aproveitar ao máximo o tempo do ócio e do prazer. Muitos desses homens alojavam-se dias e mais dias nos prostíbulos até que a sua renda se esgotasse. Dormiam, bebiam e alimentavam-se na companhia da “amante”.

Sintetizando o tempo do trabalho e do ócio, havia também o tempo do jacamim, tempo da dominação racional do patrão sobre o castanheiro. Nesse tempo híbrido, o dono do castanhal impunha a sua vontade sobre o determinismo da Natureza e controlava a divisão biossocial entre o “tempo do trabalho” e o “tempo da diversão”, juntando estrategicamente esses dois tempos de forma desumana e antiética, levando assim a diversão até o ambiente de trabalho como mecanismo de otimização da exploração da mão-de-obra do castanheiro, e por conseguinte, aumentando o monopólio sobre a força de trabalho.

No modo de produção extrativista, era necessário para o patrão manter seu trabalhador preso na mata, procurando evitar as forças dispersantes dos prostíbulos, bares e casas de bilhar da cidade.

O fato de o trabalhador ir para a cidade dificultava, sobremaneira, o controle exercido pelo arrendatário ou fazendeiro e prejudicava a produção, pois era comum os castanheiros visitarem a cidade para se divertir, em plena safra, de modo que posteriormente retornavam ao castanhal menos concentrados para a catação dos frutos ou ouriços que caíam depois do período da primeira colheita.

Durante as saídas temporárias, muitos castanheiros mais experientes ficavam algumas vezes presos no xadrez por fazerem baderna ou então se perdiam vários dias nos bares e nas farras sexuais, o que realmente atrasava a produção e deixava apreensivos os patrões.

Para evitar o desperdício de tempo bem como a desaceleração do setor produtivo, alguns donos de castanhais adotaram a ideia de levar as “prostitutas” e bebidas até o próprio castanhal. Essa manobra aumentou a condição de controle imposta pelo patrão ao trabalhador, evitando a perda de tempo, diminuindo o risco de o castanheiro fugir sem pagar a dívida que tinha com o patrão. Nessa manipulação engenhosa do “capitalismo selvagem”, o castanheiro experimentava a sensação de liberdade e de poder masculino absoluto após beber compulsivamente algumas garrafas de cachaça no mesmo dia.

Entretanto, do ponto de vista sociológico, a realidade era bastante triste e desumana. O trabalhador era dominado por um planejamento racional que o alienava, dentro da lógica do “capitalismo selvagem”. Nesse contexto, estranhamente, o trabalho análogo à escravidão parecia uma festa da mais-valia absoluta no interior da floresta amazônica, no sudeste-sul do estado do Pará.

Nem Ford, nem Taylor, nem Toyota poderiam ser aplicados nesse modo de produção capitalista; seriam ineficientes, porque não havia fábrica na região, mas apenas selva onde moravam os jacamins machos dominados pelas fêmeas que, por sua vez, eram manipuladas no quintal da racionalidade do patrão.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Jonas. 2008. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. Mestrado em História econômica. USP: FFLCH, Departamento de História, Programa de Pós-graduação. Disponível em: <http://www.usp.br/tesesdissertações/>. Acesso em: 20 set 2014.

AUDRIN, José M. 1946. **Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot**. Rio de Janeiro: Agir apud EMMI, Marília Ferreira. 2. ed. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

BATISTA, Erika. 2008. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. **III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**, v. 2. Disponível em: <http://www.ceap.br/>. Acesso em: 15 nov 2014.

BRASIL. 1970. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá – PA. São Paulo Ministério do Interior apud Almeida, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. Mestrado em História econômica. USP: FFLCH, Departamento de História, Programa de Pós-graduação, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/tesesdissertações/>. Acesso em: 20 set 2014.

DINIZ, Maria Helena. 1987. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <http://www.garciaadvocacia.com.br/>. Acesso em: 03 dez 2014.

EMMI, Marília Ferreira. 1999. 2. ed. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA.

FORD, H. Os princípios da prosperidade. 2008. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967 apud BATISTA, Erika. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. **III SIMPÓSIO DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**, v. 2. Disponível em: <http://www.ceap.br/>. Acesso em: 15 nov 2014.

FROTA, Hidemberg Alves da. 2011. Noções fundamentais sobre o dano existencial. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3046, 3 nov. Disponível em: <http://jus.com.br/>. Acesso em: 03 dez 2014.

HAWLEY, Amos A. 1982. 3. ed. **Ecologia Humana**. Madrid: Tecnos apud Amaro, Ana Maria. Reflexão sobre o lugar da antro-po-ecologia no quadro das ciências humanas. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, **Revista da FCSH**, relatório da série n. 3, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6292>. Acesso em: 12 out 2014.

IANNI, Octávio. 1978. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes apud Emmi, Marília Ferreira. 2. ed. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

LAGENEST, H. D. Barruel de. 1958. **Marabá: Cidade do diamante e da castanha (Estudo Sociológico)**. São Paulo: Anhambi apud Almeida, José Jonas. **A cidade de**

Marabá sob o impacto dos projetos governamentais. Mestrado em História econômica. USP: FFLCH, Departamento de História, Programa de Pós-graduação, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/tesesdissertações/>. Acesso em: 20 set 2014.

MARX, Karl. 1996. **O capital:** crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, tomo 2, cap. XIII a XXV. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>. Acesso em: 03 dez 2014.

MOLINA, Sílvia Maria Guerra; LUI, Gabriel Henrique; PIVA-SILVA, M. 2007. **A ecologia humana como referencial teórico e metodológico para a gestão ambiental.** Rio Claro: Olam, v. 7, n. 2. Disponível em: <http://www.cpgss.ucg.br/>. Acesso em: 02 nov 2014.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. 2014. **Ecologia humana de uma cidade amazônica:** antes e depois do censo de 1950. Marabá/PA. Disponível em: <http://www.academia.edu/>. Acesso em: 13 out 2014.

_____. 2010. Inventário epistemológico das ideias neocontratualistas do economista James Buchanan: a racionalidade econômica e sua aplicabilidade microssocial. São Caetano (SP): USCS, **Revista Direito e Humanidades**, ano XI -n.19 jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/> Acesso em: 20 dez 2014

MORÁN, Emílio F. 1990. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes.

MOURA, Ignácio B. de. 1910. **De Belém a São João do Araguaia:** Valle do Rio Tocantins. Rio de Janeiro: H. Garnier apud Cormineiro, Olivia Macedo Miranda; Medeiros, Euclides Antunes de. O universo dos trabalhadores dos castanhais: cotidiano e exploração no Vale do Tocantins (1890-1940). Florianópolis: UFSC, **Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 9, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 04 out 2014.

NASSAR, Mirtes Rocha Morbach (coord). 2013. **Marabá, ontem e hoje.** [s. l.]: Gráfica Santa Marta.

PATERNOSTRO, Júlio. 1945. **Viagem ao Tocantins.** São Paulo: Editora Nacional, vol. 248.

PIRES, I.M.E.; CRAVEIRO, J. L. 2011. **Ética e prática da Ecologia humana:** questões introdutórias sobre a Ecologia humana e a emergência dos riscos ambientais. Lisboa: Apenas Livros. Coleção Ecologia Humana, 1. Disponível em: <http://www.apenas-livros.com>. Acesso em: 06 nov 2014.

RODRIGUES, Lysias Augusto. 1935. **Roteiro do Tocantins.** Rio de Janeiro: Nacional apud Cormineiro, Olivia Macedo Miranda; Medeiros, Euclides Antunes de. O universo dos trabalhadores dos castanhais: cotidiano e exploração no Vale do Tocantins (1890-1940). Florianópolis: UFSC, **Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 9, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso: 04 out 2014.

SCHUTKOWSKI, H. 2006. **Human ecology**: biocultural adaptations in human communities. Springer apud Molina, Silvia Maria Guerra; Lui, Gabriel Henrique; Piva-Silva, M. **A ecologia humana como referencial teórico e metodológico para a gestão ambiental**. Rio Claro: Olam, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.cpgss.ucg.br/>. Acesso em: 02 nov 2014.

SOUSA, Pedro Morais de. 2005. **Na terra dos castanhais**. [s. l.]: Ponto Gráfico.